

## **Revisão do regime transitório aplicável ao pessoal docente do ensino superior politécnico**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto**

O presente diploma procede à revisão do regime transitório aplicável ao pessoal docente do ensino superior politécnico, instituído pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio.

### **Artigo 2.º**

#### **Prorrogação do regime transitório**

1 – É prorrogado até 31 de agosto de 2017 o prazo para obtenção do grau de doutor ou do título de especialista previsto no Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, bem como o prazo dos respetivos contratos de trabalho em funções públicas na modalidade de contrato a termo resolutivo certo celebrados ao abrigo do regime transitório da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico, dos assistentes e dos equiparados a assistente, a professor-adjunto ou a professor coordenador que exerciam funções em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva na data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, ainda que não inscritos a 15 de novembro de 2009 em instituição de ensino superior para a obtenção do grau de doutor em programa de doutoramento validado através de um processo de avaliação externa, e que reuniam o requisito temporal mínimo previsto no regime transitório.

2 – Findo o prazo a que alude o número anterior, e caso os docentes se encontrem em fase adiantada de preparação dos doutoramentos, os contratos podem ser renovados, a título excecional, pelo período de um ano.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior considera-se fase adiantada de preparação do doutoramento a conclusão da parte letiva e a entrega, ao respetivo orientador, da versão provisória da tese.

4 – Os prazos previstos nos números anteriores são suspensos durante as licenças por situação de risco clínico durante a gravidez, por interrupção da gravidez, por adoção e licença parental em qualquer modalidade.

5 – São, ainda, suspensos os prazos a que aludem os n.º 1 e 2 do presente artigo durante o exercício de funções a que se refere o n.º 1 do artigo 41.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto.

6 – O disposto no presente artigo aplica-se aos assistentes e aos equiparados a assistente, a professor-adjunto ou a professor coordenador que exerciam funções em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva na data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e que, posteriormente e sem interrupção de funções, as passaram a exercer em regime de tempo parcial.

### Artigo 3.º

#### **Integração na carreira**

1 – Após a obtenção do doutoramento ou do título de especialista previsto no Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, na sequência da prorrogação contratual a que alude o artigo 2.º, os assistentes, os equiparados a assistente, a professor-adjunto ou a professor coordenador transitam, sem outras formalidades, para o contrato trabalho em funções públicas, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, na categoria de professor-adjunto, ou tratando-se de equiparados a professor-coordenador, de professor coordenador, com um período experimental de cinco anos ou de um ano, respetivamente, findo o qual se aplica o procedimento previsto no artigo 10.º-B, ou no artigo 10.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, conforme de trate de professor-adjunto ou professor coordenador.

2 – O disposto no número anterior é aplicável aos assistentes, aos equiparados a assistente, a professor-adjunto ou a professor coordenador, que exerciam funções em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva na data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, detentores do grau de doutor àquela data e que não beneficiaram da transição, sem outras formalidades, para o contrato de trabalho em funções públicas, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, por não reunirem o requisito temporal mínimo previsto no regime transitório vigente.

3 – O disposto no n.º 1 é ainda aplicável aos assistentes, aos equiparados a assistente, a professor-adjunto ou a professor coordenador, que exerciam funções em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva na data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e que tendo obtido o grau de doutor ou do título de especialista previsto no

Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, até 31 de dezembro de 2015, não beneficiaram da transição, sem outras formalidades, para o contrato de trabalho em funções públicas, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, por não reunirem o requisito temporal mínimo previsto no regime transitório vigente.

4 – Os docentes abrangidos pelo n.º 9 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, bem como pelo n.º 5 do art.º 8.º-A do mesmo diploma legal podem, até 31 de Dezembro de 2016, requerer a prestação das provas a que se referem estas normas, com as consequências nelas estabelecidas em caso de aprovação.

5 – O disposto no presente artigo aplica-se aos assistentes, aos equiparados a assistente, a professor-adjunto ou a professor coordenador que exerciam funções em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva na data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e que, posteriormente e sem interrupção de funções, as passaram a exercer em regime de tempo parcial.

6 – Da transição dos assistentes e dos equiparados a assistentes para a categoria de professor-adjunto ao abrigo do presente decreto-lei não pode decorrer qualquer alteração de remuneração enquanto se mantiverem as restrições às valorizações remuneratórias decorrentes das medidas excecionais de estabilidade orçamental anualmente fixadas para cumprimento das disposições internacionais e europeias.

7 – A alteração de remuneração a que se refere o número anterior que venha a ocorrer após a cessação da vigência das medidas excecionais nele referidas, não pode produzir efeitos em data anterior àquela cessação.

#### Artigo 4.º

##### **Encargos financeiros**

Os encargos financeiros resultantes da aplicação do presente diploma podem onerar receitas próprias provenientes de programas, projetos e prestações de serviço, ou receitas de programas e projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

#### Artigo 5.º

##### **Entrada em vigor e produção de efeitos**

1 – O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 – O disposto no presente diploma aplica-se aos contratos em vigor a 31 de julho de 2016.

3 – O presente diploma aplica-se às situações jurídicas constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, desde que sejam mais favoráveis.

Documento de trabalho